

XII JORNADAS NACIONALES Y IV INTERNACIONALES
DE INVESTIGACIÓN Y DEBATE
Universidad Nacional de Quilmes
24 al 26 de Junio de 2015

ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS

COOPERATIVISMO RURAL, REPRESENTAÇÃO POLÍTICA e HEGEMONIA NO BRASIL (1960 – 1993)

Sonia Regina de Mendonça
(Pós-Graduação em História/UFF- CNPq)

COMENTÁRIOS INICIAIS

O trabalho analisa o processo de construção da hegemonia de um novo segmento da classe dominante agroindustrial brasileira, no decorrer das décadas de 1980 e 1990, articulado pela *Organização das Cooperativas Brasileiras* (OCB), que se tornou a nova força dirigente do patronato “rural”, especialmente após 1985, quando de sua vitória nos embates intraclasse travados em torno do *I Plano Nacional de Reforma Agrária*. Mediante o estudo dos projetos e estratégias políticas elaboradas pelos dirigentes da entidade, verifica-se que a OCB, em meio à profunda crise de representação política na qual estavam imersas as agremiações patronais da agricultura desde os anos 1970, conseguiu, não apenas superar esse impasse, mas impor-se como grupo dirigente de todo o conjunto, tendo por coroamento a nomeação de sua mais destacada liderança – Roberto Rodrigues – como Ministro da Agricultura do atual governo Lula da Silva.

Até a divulgação do I PNRA, pelo menos quatro entidades disputavam a representação política legítima do patronato “rural” brasileiro: a *Sociedade Nacional de Agricultura* (SNA), a *Sociedade Rural Brasileira* (SRB), a *Organização das Cooperativas Brasileiras* (OCB) e a oficialista *Confederação Nacional da Agricultura* (CNA), esta última sendo a entidade máxima da **estrutura formal-legal** da representação patronal. A crise remetia à “modernização” da agricultura brasileira, fomentada por políticas estatais calcadas na farta distribuição de créditos e subsídios, destinados à

ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS

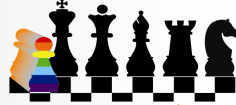
capitalização do campo, contribuindo, decisivamente, para a progressiva especialização da produção agroindustrial e acirrando um **duplo processo de diferenciação**, no plano econômico e no plano político. Abria-se o espaço para ferrenha **disputa** pela afirmação de um **único porta-voz autorizado** de todo o conjunto, em contraste com a extrema diversificação de seus negócios e investimentos. O principal alvo dessa contenda era assegurar a permanência ou exclusão de certos representantes patronais junto a **agências da sociedade política** já que, o contexto marcado pela especialização da agricultura e suas entidades, tornava cada vez mais difícil a obtenção do consenso, ainda que a retórica das lideranças se tenha centrado na construção de uma “identidade empresarial” para os grandes proprietários.

Até então, a representação da agricultura fazia-se em dois níveis: no **âmbito formal-legal**, através das Federações Rurais (nos estados) e da Confederação Nacional da Agricultura e no **âmbito da representação real**, através de entidades organizadas - por ramo ou setor - como associações civis de produtores, como as já mencionadas. Os dirigentes da OCB, entretanto, através de intervenções políticas decisivas - sobretudo o enfrentamento à recém-criada *União Democrática Ruralista* (UDR) – e da formulação/difusão de um **novo projeto** para agricultura brasileira, seriam exitosos na empreitada.

OCB: BREVE HISTÓRICO.

Em dezembro de 1844 surgiria, em Manchester, a primeira cooperativa de que se tem notícia, fundada por 28 tecelões que reuniram suas economias para montar um armazém: a *Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale*. O grupo originou um modelo econômico “alternativo”, resultante de um movimento tido como baseado nos princípios da igualdade, liberdade, ética e justiça, destinado a difundir a eficiência na organização social em busca de objetivos comuns. Desde então, as cooperativas expandiram-se por todo o mundo, auto definindo-se como *associações autônomas de pessoas*, unidas,

ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS

voluntariamente, para satisfazer necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, através de empresa *de propriedade coletiva* e “*democraticamente gerida*”. Nascia o “*mito fundador*” do Cooperativismo, ao qual todas as lideranças posteriores remeteriam para legitimar seus empreendimentos, mesmo que plenamente capitalistas e lucrativos. Os “*princípios rochdaleanos*”¹ são, até hoje, justificadores da “*pureza*” das empresas cooperativas.

O Cooperativismo não tardou a consolidar-se também como *doutrina*, atribuindo à livre concorrência a responsabilidade pelas desigualdades vigentes no capitalismo. Com base nessa premissa pregaria a necessidade da vitória do *interesse geral* sobre os particularismos e dos grupos sobre os indivíduos, resultando numa ordem idealizada, negadora dos conflitos de classe. Outro princípio da doutrina cooperativista foi o não envolvimento do Estado na economia, garantindo-se à iniciativa privada o papel de motor da organização social². Por certo, o Cooperativismo penetraria regimes econômico-políticos distintos, sofrendo reformulações e chegando a admitir a intervenção de seu antigo alvo de críticas: o Estado (HUGON, 1970). Supondo neutralizar tensões sociais e instrumentalizar a racionalidade técnico-econômica da produção e das trocas, as cooperativas advogavam o papel de fatores da “*transformação moral dos homens*” que, submetidos ao aprendizado do igualitarismo, portariam uma nova “*mentalidade*”, “*apartada*” de doutrinas “*perniciosas*”.

No Brasil, o movimento germinou a partir de 1889, embora seu surgimento efetivo remeta a começos do século XX, quando da criação das

¹ Seriam eles: adesão livre e voluntária; gestão democrática; participação econômica dos associados; autonomia e independência; educação, formação e informação, intercooperação e responsabilidade social. Entre 1890 e 1910, o Cooperativismo tornou-se a opção dos sem-terra e dos proprietários sem bens líquidos, constituindo-se numa forma de resistência às pressões sociais latentes no período. Por seu intermédio, a agricultura reagiu à longa depressão de preços iniciada em fins do século XIX, obtendo estabilidade social em meio a crise. HOBBSAWN, 1988.

² O Cooperativismo evoluiria da ideia de uma “*via intermediária*” entre capitalismo e socialismo, para a organização de associações econômicas que, em teoria distantes das lutas políticas, serviriam como paliativo para os “*males do capitalismo*”, mesmo sem defender o fim da relação proprietários dos meios de produção *versus* proletariado.

ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS

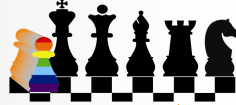
Caixas Cooperativas de imigrantes do Rio Grande do Sul, multiplicadas pelo país (ANDRADE, 1950: 8). Entretanto, profundas divergências marcaram o pensamento e a ação dos primeiros cooperativistas brasileiros, derivadas da pouca clareza com que lidavam com os termos “*sociedade comerciais*” e “*sociedades cooperativas*”³. Assim, coexistiram duas vertentes: uma voltada para a quebra do “circulo de ferro” da intermediação comercial e financeira, destinada ao lucro individual e de **cuinho empresarial e estritamente privado**; outra, de caráter doutrinário, surgiria da ação de um grupo de agrônomos do Ministério da Agricultura, visando a cooperativa como *instrumento de superação das desigualdades e injustiças sociais* vigentes na agricultura (MENDONÇA, 2002) e da adaptação dos trabalhadores às praticas da “moderna agricultura”, tendo por eixo o Estado.

Somente após 1930 emergiram as primeiras legislações sobre a matéria, traduzindo as mesmas divergências. Se o Cooperativismo, até então, não transcendera o estatuto de projeto político, doravante adquiriria o *status* de prática governamental, centralizada e nacionalizada. O sintoma dessa “guerra de posições” foi a pluralidade de decretos-lei que, entre 1930 e 1945, tentaram imprimir uma diretriz oficial à cooperativização no país: nada menos que sete, entre 1932 e 1945 (Idem: 41). Todos eles traduziam a disputa pela imposição de uma prática legítima, ora o cooperativismo “*livre*”, ora o cooperativismo “*sindicalista*”, alternando-se e revogando-se uns aos outros, até o expurgo definitivo, em 1938, do sindicalismo-cooperativista⁴. O êxito do “*cooperativismo livre*” - doutrinário e fortemente estatizado – permitiu ao Estado programar um conjunto de medidas voltadas à cooperativização agrícola

³ Enquanto as primeiras privilegiavam o capital, integradas por numero limitado de acionistas, com direito a voto proporcional ao montante de ações detidas e a finalidade precípua de obter lucro, as segundas referiam-se a associações de pessoas, com numero ilimitado de integrantes, voto uno *per capita* e destinadas a atividades não lucrativas.

⁴ O decreto 22.239 baseia-se na doutrina Rochdaleana, significando que o cooperativismo brasileiro teve seu primeiro texto normatizador definindo as cooperativas como sociedades de pessoas e não de capital, garantindo-lhes a isenção de alguns impostos.

ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS

nacional, marcada pela progressiva burocratização imposta pelo Ministério da Agricultura ⁵. Em contrapartida, o poder público reveria as faculdades cabíveis às cooperativas, transformando-as de agremiações destinadas a **operações econômicas sem fins lucrativos** (decreto nº 581, de 1938), em entidades capazes de **adotar qualquer atividade com fins econômico-sociais** (decreto nº 6.274, de 1944).

Todavia, desde seu surgimento no país, as cooperativas não contaram com entidades representativas que as dotassem da coesão necessária para defender seus interesses e inscrevê-los no Estado restrito. Isto somente ocorreria nos anos 1960, quando da criação de duas entidades representativas do setor, gerando séria crise política: de um lado, a *Aliança Brasileira de Cooperativas* (Abcoop) e de outro, a *União Nacional das Associações Cooperativistas* (Unasco), assim mantidas até finais da década ⁶. Em 1969, por iniciativa do Ministro da Agricultura do Governo Médici, Luiz Fernando Cirne Lima, dar-se-ia a unificação de ambas as agremiações, já que as cooperativas começavam a despontar como importante pólo de apoio a políticas agropecuárias, tornando imperiosa a existência de porta-vozes consensuais, para “dialogar” com o governo. Da iniciativa nasceria a *Organização das Cooperativas Brasileiras* (OCB), ratificada como **representante única** de todo o “sistema” e responsável pela implantação das entidades estaduais (OCE's).

⁵ A tutela estatal se daria por inúmeras obrigações às cooperativas, tais como: aumento das exigências para definir suas diretorias; a estipulação de pré-condições para candidatos a postos e ampliação das proibições a elas impostas.

⁶ Cisão equivalente se deu em âmbito estadual. No caso paulista, conquanto datem dos anos 1950 as primeiras iniciativas de institucionalizar o setor, originado a *União das Cooperativas do Estado de São Paulo* (UCESP), logo surgiram desentendimentos que fraturaram o movimento, fazendo surgir, em 1965, uma nova entidade: a *Associação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de São Paulo*, presidida por um dirigente da Sociedade Rural Brasileira. Os motivos da cisão deviam-se a divergências de “*ordem política, doutrinária e operacional*”: diretores da *Associação* alegavam que a UCESP se “*envolvera em política*”, estimulando a constituição de cooperativas de consumo como estratégia para enfraquecer a representação das cooperativas agrícolas, o que é corroborado por fontes alternativas como o jornal *O Estado de São Paulo* (OESP) que apontava a ACACESP como a “*verdadeira entidade agremiativa dos produtores rurais*” OESP, 23-12-1965: 6.

XII JORNADAS NACIONALES Y IV INTERNACIONALES
DE INVESTIGACIÓN Y DEBATE
Universidad Nacional de Quilmes
24 al 26 de junio de 2015

ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS

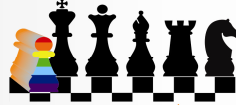
Apoiada por lideranças cooperativistas do estado de São Paulo, a OCB seria inaugurada numa sala da OCESP onde funcionou até 1972, quando foi transferida para Brasília, contando com pouca expressão política. A partir de 1974, entretanto, teria início a **trajetória ascendente** da agremiação junto à correlação de forças vigente entre as entidades patronais da agroindústria, o que pode ser explicado, em parte, pela criação da *Contribuição das Cooperativas*, responsável pela massa de recursos que fortaleceria a agremiação (INFORMATIVO OCB, nov.- dez., 1983: 5).

PROJETOS E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Apesar do forte apoio oficial em sua implantação, uma das campanhas movidas pela OCB durante a década de 1980 foi a defesa de uma nova Lei Cooperativa que consagrasse a **autonomia** do Cooperativismo com relação ao Estado. A “afinidade” construída entre o Governo Federal e a entidade nacional pode ser entendida a partir dos princípios inerentes à ideologia cooperativista, sobretudo três deles: a) seu caráter supostamente mais **democrático**; b) sua auto representação como **projeto não capitalista** e **antilucro** e, finalmente, c) a possibilidade de distribuição dos “ganhos” entre cooperados segundo seu “**trabalho**” e não segundo o **capital investido**. Tais pilares, sempre remetidos ao “mito fundador” Rochdaleano, a transformaram num dos mais significativos instrumentos de negação do conflito social, mediante a propaganda da **colaboração entre associados de portes diversos**, que teriam em comum o fato de “não terem patrões”. Editorial publicado no número inaugural da revista da OCB ilustra a afirmativa, já que as “*Vantagens do Cooperativismo*” deviam-se a que:

*“**Tecnicamente** – ele permite ao produtor obter condições para o uso de tecnologias e o apoio governamental; **Economicamente** – ele permite alcançar uma escala que, isoladamente, não teria; **Politicamente** – ele permite que um homem corresponda a um voto, a regra de ouro da participação democrática; **Socialmente** – ele propicia a distribuição das sobras, segundo o trabalho e não o capital, fazendo com que os produtores participem mais da geração de riqueza”* (Idem: 27, grifos SRM).

ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS

Tais premissas legitimaram a afirmação das lideranças da OCB não apenas como opção “socialmente superior” de exploração/organização das atividades agroindustriais, mas também como porta-vozes “naturalmente autênticos” – posto que dotados de “**missão social**” - do conjunto das agremiações patronais. E esta seria a principal bandeira da OCB até a consecução de seus objetivos, já na segunda metade da década de 1980, tendo como “ícone”, seu presidente mais atuante e conhecido: Roberto Rodrigues.

Uma das estratégias de construção da direção - na acepção gramsciana do termo - da entidade consistiu na publicação regular de periódicos, encarregados de difundir o *Cooperativismo* como equivalente à *Democracia* e *Igualitarismo*, consolidando politicamente a OCB. Em torno deste “mote” a OCB se constituiria como **nova força hegemônica**. A “pedagogia” adotada consistiria em repetir, *ad nauseam*, que

“o cooperativismo é a solução do futuro; é para nós um sistema-síntese. Possibilita a capitalização sem capitalismo e a socialização sem socialismo.. Há acumulação por parte do associado, mas não da entidade e como cada pessoa tem voto independente do capital, o homem cooperativado exerce sua soberania política” (REVISTA NACIONAL DO COOPERATIVISMO, jan. – fev., 1978: 51, grifos na fonte).

A doutrina cooperativista funcionaria como “bússola” para a organização dos quadros da OCB e também para a construção de sua legitimidade “externa”, já que *Igualitarismo*, *Sociabilidade Democrática* e *Paz Social* eram atributos tidos como inerentes à manutenção da ordem social no campo⁷. Em nome desses princípios de que se faziam portadores, os líderes da OCB chegaram a propor sua entidade como instrumento de “solução” dos conflitos no campo, estabelecendo até mesmo sua afinidade com a **Igreja**, de modo a “neutralizar” a ação política de sua ala mais progressista, comprometida, desde

⁷ “O cooperativismo prega uma sociedade que se aproxima bastante da sociedade solidária e cristã pregada pela Igreja. Sem o uso da violência e confiante num processo reformista das práticas sociais, o cooperativismo luta pela instalação de um sistema econômico de controle realmente democrático, onde o homem possa se autorealizar. Sua estrutura é solidária e não admite nenhum tipo de imposição”. Revista Nacional do Cooperativismo, jul.-ago., 1980: 1-2.

ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS

a década de 1970, com a organização de movimentos sociais rurais, através das *Comunidades Eclesiais de Base*. No período compreendido entre 1972 e 1993 os dirigentes da OCB cultivaram sua associação a valores *humanitários*, expediente que a transformou em força política com ampla aceitação social. Em editorial intitulado “*Dialogar com a Sociedade*”, o então presidente da agremiação, João Alckmin, afirmaria que

“O movimento cooperativo, por ser **soma de pessoas**, teria o que podemos chamar **de voz natural solidária**. Ou seja: como não ambiciona o lucro, limita a competição ao critério de qualidade (...). Suas manifestações são **desconotadas de interesses menores, escusos**. E são, sobretudo, manifestações respaldadas pela representatividade. A **integração do movimento cooperativo – e a consequente potencialização de sua “voz”** – foi o propósito que alimentou a OCB ao criar sua revista” (JORNAL DO COOPERATIVISMO, nov.- dez., 1980: 2, grifos SRM)

Quanto às demandas específicas ao setor cooperativista, duas merecem destaque pela recorrência com que foram enunciadas nas revistas da agremiação: a busca da **autogestão** e de crescentes **suprimentos de crédito subsidiado** a serem obtidos, diante da política econômica recessiva praticada pelo Estado entre 1970-80, a partir da criação de um banco próprio. A justificativa para ambas as reivindicações era o expressivo papel econômico desempenhado pela **produção oriunda das cooperativas agropecuárias junto à pauta de exportações** do país. A questão do crédito seria preponderante, não fosse esta uma demanda de **todas** as entidades patronais agroindustriais, acentuando tensões e conflitos entre as associações de classe.

No caso das cooperativas, tal questão era agravada na medida em que, por seu atrelamento ao Estado, o “*sistema*” contava, desde a década de 1940, com agência oficial destinada ao setor, o *Banco Nacional de Crédito Cooperativo* (BNCC), quase sempre inoperante por escassez de recursos (MENDONÇA, 2002, *op. cit.*). Em fins dos anos 1970, os dirigentes da OCB denunciavam a “*distonia existente entre o BNCC e as Cooperativas*”, o que as obrigava a submeterem-se ao sistema bancário privado e seus juros escorchantes: “**O Cooperativismo precisa assumir sua própria riqueza**. Os diretores do BNCC precisam reativar as cooperativas de crédito, pois ele não

ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS

atende às cooperativas e o cooperativismo sobrevive à base de transações de crédito com bancos particulares” (REVISTA NACIONAL DO COOPERATIVISMO, mai.-jun, 1978: 37). Por tal razão as lideranças da entidade capitanearam, nos anos 1980, campanha em prol da fundação de um **banco específico**, a ser criado com recursos **oriundos do próprio setor**, campanha que, ao menos até 1993, não foi exitosa.

A **segunda** grande demanda orquestrada pelos diretores da OCB foi a **autogestão**, em todos os sentidos, desde aquele referente à comercialização internacional de seus produtos, até ao que remetia à criação de órgãos próprios de crédito. No final da década de 1970, diante da gravidade da crise econômica nacional, a entidade se envolveu nesta campanha, conquanto só tenha conseguido algum sucesso numa conjuntura política mais favorável, inaugurada nos anos 1990, em meio à “onda” neoliberal que assolou o país ⁸. Na virada da década de 1980 para a de 90, em meio ao processo de desmonte do Estado brasileiro e de privatização de suas empresas, os dirigentes da OCB viram uma oportunidade para fortalecer seu papel político, demandando que as próprias cooperativas se incumbissem de gerir essas agências: **“as cooperativas estão se organizando para ocupar o vácuo deixado pelo Estado, através da formação de banco próprio; trading company e seguradora”** (INFORMATIVO OCB. jul. 1989: 1, grifos na fonte).

Outra demanda organizada pelos diretores da OCB referiu-se à sua **original proposta de Reforma Agrária**, onde as **cooperativas** definiam-se como seus **instrumentos**, assegurando para a entidade o papel de *“a mais adequada e legítima”* para encabeçar o processo. Neste aspecto a *Organização* se distanciava de outras entidades patronais que rejeitavam qualquer alteração na estrutura fundiária do país. Não por casualidade, todas

⁸ Em fins da década de 1980, a OCB encaminharia ao *Ministério da Agricultura* e à presidência da República, documento sugerindo como redefinir os rumos da política agrícola. Nele constavam as reivindicações centrais do segmento, encabeçadas pela **autogestão**.

ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS

as tentativas de “reforma agrária” implementadas posteriormente à redefinição do I PNRA contaram com a participação de líderes da OCB na qualidade de “**assessores**” dos **órgãos públicos** incumbidos de definir e organizarem assentamentos rurais. Com isso, lavrava-se novo tento político para a agremiação que emergiu, em 1990, como **nova força hegemônica** junto aos grupos dominantes agroindustriais. A indicação, em agosto de 1991, de Adelar Cunha⁹, diretor da OCB, para Superintendente do INCRA espelha a conclusão.

ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO DA LIDERANÇA.

Outro aspecto significativo que se destaca das fontes produzidas pela OCB é o empenho de seus dirigentes em **superar a crise de representação patronal da agricultura** através de atuação bifronte: **a)** no seio do próprio Movimento Cooperativista, unificando-o e consolidando-o sob sua direção e **b)** no âmbito do conjunto das entidades de classe agroindustriais, visando impor-se como **única porta-voz** na condução de todas as suas demandas.

No primeiro caso, assumiram a existência de uma crise política intrasetorial, derivada da inexistência de canais de comunicação efetivos entre as bases e a cúpula da estrutura de representação cooperativista, bem como daquilo que seus dirigentes consideravam como “*falta de consciência*” dos cooperativados, deixando clara a **ausência de consenso** em torno de um grupo que falasse em nome de todos. Para obter tal consenso utilizaram suas revistas como construtoras da afinidade entre cooperativados e suas entidades¹⁰. Outra estratégia adotada para tal aproximação foi a eleição de um “inimigo comum”: as empresas tidas como “*falsas cooperativas*”, representantes da invasão das cooperativas pelo capitalismo. Inúmeras denúncias foram

⁹ Cunha fora presidente da *Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul*.

¹⁰ “O cooperativismo como um todo **jamais poderá negligenciar a importância do diálogo com a OCB** e sua revista nacional. **Ela supre o vazio das comunicações ente cooperativas e cooperados**. Mas não é só diálogo: é também **O GRITO**, o protesto, o gesto firme. A Revista da OCB pretende retratar a realidade do cooperativismo brasileiro, suas conquistas e deficiências”. Revista Nacional do Cooperativismo, jan.-fev, 1978: 1. Grifos no original.

ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS

formuladas pelos diretores da OCB, como no caso contra a *Copersucar*, a quem se referiam como “*empresa que usa indevidamente o título de cooperativa*” (REVISTA NACIONAL DO COOPERATIVISMO, jul.- ago., 1978: 3). A medição de forças com este grupo de usineiros paulistas - articulados pela *Sociedade Rural Brasileira* – contaria com vários rounds, até sua vitória¹¹.

Já para combater a “pulverização” política de suas bases, as lideranças da OCB promoveram a **reorganização administrativa e gerencial** do sistema, posto que, na ausência desta, “*o relacionamento governo/cooperativas parece pernicioso ou prejudicial às ultimas (...). Afinal, as cooperativas têm 6 milhões de sócios, mas não têm consciência de sua representatividade e permanecem massas de manobra parciais*” (REVISTA NACIONAL DO COOPERATIVISMO, nov.- dez, 1979: 51. Grifos SRM). Uma vez que o *Sistema* compunha-se de uma estrutura que partia das cooperativas singulares, passava pelas Organizações Cooperativas Estaduais (OCEs), chegando até a agremiação nacional, a solução residiu em **estreitar os canais de comunicação** entre os três níveis, priorizando-se o primeiro deles. Neste processo destacaram-se algumas iniciativas, como a criação de *Comitês Educativos* (1989) destinados a **formar lideranças** aptas a promover a integração pretendida, pré-condição da segunda grande meta da OCB: a **autogestão** (INFORMATIVO OCB, mar. 1989: 3, grifos SRM). Afinal, diante do volume e vulto dos negócios gerados pelas cooperativas, era imperioso buscar “*uma nova feição para o cooperativismo, com a implantação da autogestão, mediante novos quadros – técnicos – e instrumental moderno*” (Id, ibid.: 2). Nesse sentido a Educação se destacaria como instrumento difusor da

¹¹ Num primeiro momento, o presidente da OCB demonstraria sua oposição à legalização da *Copersucar* pelo governo, alegando não ser responsável “*pelo endividamento do Sr. Jorge Wolney Atalla, presidente de uma Cooperativa Biônica*” Revista Nacional do Cooperativismo, jan.- fev., 1979: 10. Em seguida, a entidade enviaria 10.000 cartas a dirigentes de cooperativas e à imprensa de todo o país, divulgando ofício por ela encaminhado aos parlamentares.

ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS

“*consciência autogestionaria*”, mais que um projeto político, uma **proposta pedagógica**, adotada e aplicada pelos dirigentes da OCB ¹².

Quanto à afirmação de sua **hegemonia extramuros** do setor, o primeiro passo dos dirigentes da OCB consistiu em divulgar a “tendência natural” das cooperativas para o desempenho das funções de representação política, devido a seu cunho “democrático” e “igualitário”, que erigia o Cooperativismo – e a OCB – como mediador ideal entre grupos dominantes agroindustriais, Estado e sociedade civil. Outra estratégia da entidade foi filiar-se a organismos internacionais do setor, donde a agremiação retiraria significativo **capital simbólico e político**, reconvertido em prestígio e distinção para a *Organização*, como sua associação à *Organização das Cooperativas da América* (OCA) - desde 1981 - e à *International Cooperative Alliance* (ICA) - a partir de 1983. Tal prestigiamento reverteu na nomeação de inúmeras lideranças cooperativistas para **cargos no Ministério da Agricultura** ¹³, fortalecendo a OCB, conferindo-lhe inegável poder de pressão e garantindo-lhe papel estratégico na mediação política entre segmentos dominantes agroindustriais e o governo federal.

O prestígio da OCB junto às agremiações patronais da agricultura em inícios dos anos 1990 pode ser aquilatado a partir dos prêmios e honrarias acumulados por seu mais conhecido presidente, Roberto Rodrigues: condecorado pelo governo francês com a *Ordem do Mérito Agrícola*; membro do GATT e do Concex; representante oficial da Agricultura no *Fórum de Entendimento Nacional* e no *Conselho Empresarial de Competitividade Industrial*; presidente da OCA em 1993 e da ICA, desde 1999, dentre outros. A

¹² Um desdobramento do projeto foi a realização anual do *Encontro Nacional de Capacitação e Organização do Quadro Social em Cooperativas*. Informativo OCB. ago., 1991: 2, grifos no original.

¹³ Dentre eles destacaram-se: Rubem Ilgenfritz (ex-presidente da Cooperativa Regional Triticola de Ijuí) - designado para a Secretaria Geral do Ministério; Dijandir Dal Pasquale – nomeado presidente do Banco Nacional de Crédito Cooperativo; Ignacio Mammana Neto – indicado para presidir a Companhia de Financiamento da Produção; e Athos A. Lopes – presidente da Embrater.

ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS

força política da entidade foi referendada pela construção de **canais de acesso direto** ao Estado restrito, capacitando-a a influir na definição das políticas públicas agrícolas. Dentre esses canais destacou-se a criação, em março de 1981, a *Frente Parlamentar Cooperativista* (FPC), experiência exitosa e pioneira, baseada no cadastramento de todos os deputados e senadores que manifestassem alguma “*afinidade com a Agricultura*”, realizado por um “*assessor parlamentar*” da entidade, designado para acompanhá-los no Legislativo.

Na avaliação dos dirigentes, “*é preciso que o cooperativismo não fique apenas na filosofia e **tenha maior poder político***” (JORNAL DO COOPERATIVISMO, set.–out., 1983: 15) e, embora inicialmente inexpressiva, a *Frente* contaria, em 1983, com oitenta participantes, sob a coordenação do Senador Martins Filho (PDS-RN), presidente da *Comissão de Agricultura* da Casa (JORNAL DO COOPERATIVISMO, jul.-ago, 1982: 20). Azeitando toda essa arquitetura – denominada “*sistema de veiculação dirigida*” - figuravam as OCEs (*Organizações Estaduais de Cooperativas*), verdadeiras “*correias de transmissão*” encarregadas de distribuir formulários aos parlamentares de suas respectivas bases regionais, onde eles redigiam moções de apoio à “*causa cooperativa*”, a serem divulgadas em seus estados de origem, comprometendo-os politicamente.

Os dirigentes da OCB também promoveram vigorosa campanha destinada a alterar a imagem que supunham que a sociedade brasileira tivesse da figura do “agricultor”, categoria polissêmica que “*nivelava*”, **num mesmo patamar discursivo, pequenos produtores familiares e agroempresários**. O instrumento da “*mudança*” foi o maciço investimento em **propaganda** através da mídia ¹⁴.

¹⁴ Segundo Rodrigues, “*O agricultor é visto, pelo homem comum brasileiro, como um “chorão”, com excelente vida, conquanto incompetente, indolente (...). O cidadão urbano acabou achando que o agricultor chora sem razão. E só há uma receita para consertar o estrago: propaganda*”. Informativo OCB. nov., 1991: 7, grifos na fonte.

XII JORNADAS NACIONALES Y IV INTERNACIONALES
DE INVESTIGACIÓN Y DEBATE
Universidad Nacional de Quilmes
24 al 26 de junio de 2015

ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO

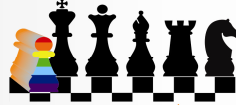


TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS

A construção da hegemonia da OCB no âmbito da representação patronal da agricultura foi fortemente beneficiada pela conjuntura política inaugurada pela “Nova República” em 1985, que permitiu a seus dirigentes fazerem valer, mais uma vez, a identificação entre sua doutrina “democrática” e o novo regime, pois “*participação e democracia fazem parte da Natureza e da Doutrina Cooperativista*” (JORNAL DO COOPERATIVISMO, mar.- abr., 1985: 2). Apesar disso, o aprofundamento da crise econômica brasileira levaria a entidade a fazer críticas severas às políticas públicas agrícolas. Neste momento a OCB começou a despontar como **liderança consensualmente aceita por todas as entidades da representação patronal agroindustrial**, consenso este respaldado por seu enfrentamento à UDR, criada dias após a divulgação do I PNRA.

Neste combate, a primeira reação capitaneada pela OCB foi criar o *Bloco Parlamentar Ruralista*, composto por 87 deputados e 6 senadores, além de avalizado pelas *Comissões de Agricultura* da Câmara e do Senado. Seu objetivo era “*levantar todas as propostas e projetos existentes em relação à agricultura e enumerar as prioridades para acelerar sua tramitação no Congresso*” (OESP, 13-3-1985: 36), tentando, com isso, dar menos tempo às articulações da entidade rival. A proximidade das eleições para a *Assembleia Nacional Constituinte* de 1986 oportunizou novo avanço político da OCB, cujos líderes promoveram intenso *lobby* junto ao Congresso Nacional. Bem antes disso, todavia, seus líderes mobilizaram-se para eleger representantes próprios, justificando a iniciativa pelo desequilíbrio que julgavam ocorrer entre o **peso econômico** e o **peso político das cooperativas**. Em editorial de agosto de 1985, a ação seria difundida junto às bases, juntamente com a denúncia dos “adversários” do movimento cooperativo personificados na UDR que, em igual contexto, promovia sua *Campanha de Valorização do Voto* (CVV), destinada ao financiamento explícito dos candidatos que falariam em seu nome.

ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS

A tensão entre as duas grandes lideranças deste processo - Ronaldo Caiado (UDR) e Roberto Rodrigues (OCB) – assomou a mídia e a opinião pública, sendo ambos apresentados como “polaridades exemplares” da crise de representação do patronato agroindustrial. Se Caiado era definido como preparado, jovem e letrado, Rodrigues era apontado como pretendente a “**novο líder da agricultura, que empolgue a imprensa e os políticos e se torne intermediário credenciado a negociar os interesses dos fazendeiros e do governo**”.

A tentativa da UDR – agremiação de pecuaristas pouco “modernizados” do Centro-Oeste brasileiro - em instituir-se como liderança da classe dominante agroindustrial não se deu sem percalços, posto que o teor paramilitar de sua atuação seria rechaçado por varias entidades, temerosas do desgaste de sua imagem (PILATTI , 1988: 104). O contra-ataque foi articulado por Rodrigues, que propôs a constituição de um órgão colegiado integrado por representantes das principais entidades patronais rurais, originando a *Frente Ampla da Agropecuária Brasileira* (FAAB), segundo “round” na disputa OCB *versus* UDR. A grande imprensa deu espaço à iniciativa, enfatizando a direção de Roberto Rodrigues.

“Fazendeiro tem nova entidade: mais de 100 lideranças de várias entidades e cooperativas se reuniram para fundar a Frente Ampla da Agropecuária Brasileira. A Frente nasceu para minimizar a influencia crescente da UDR no campo, sendo idealizada pela OCB” (CORREIO BRAZILIENSE, 18-06-1986: 7, grifos na fonte)¹⁵.

Os especialistas são unânimes em apontar que, no tocante à *Assembleia Nacional Constituinte*, a UDR seria a grande vencedora, tendo conseguido, através da ação de Caiado, capitalizar para si as iniciativas encetadas pela FAAB. A truculência de sua participação no Congresso lhe assegurou tal triunfo e, na fase final de votações da Constituinte, a UDR

¹⁵ Poucos dias depois, outro jornal publicaria entrevista com Rodrigues, que declarou, sobre uma possível composição com a UDR: “A UDR se interessa em aproximar-se da Contag???? Não só não se interessa, como não reconhece a Contag como representação legítima dos trabalhadores (...). Não convidamos a UDR porque ela não é um órgão de representação”. OESP, 29-6-1986: 8, grifos SRM.

ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS

liderava poderoso *lobby* junto aos parlamentares pela aprovação do texto mais reacionário, contando, desta vez, com o aval de agremiações até então rivais: a SRB, CNA e a ABCZ (OESP, 24/3/1988: 33). Todavia, tratou-se de **vitória efêmera**, pois, logo após a promulgação da Nova Constituição, a UDR foi duramente combatida pelos dirigentes da OCB. A rigor, a UDR conseguiu, de fato, impor uma **supremacia momentânea** junto às entidades da grande burguesia agroindustrial, porém **não sua direção**, no sentido gramsciano do termo, o que pode ser explicado quer pela posição subalterna dos pecuaristas no processo de capitalização da agricultura brasileira, quer pelas práticas violentas adotadas por seus quadros.

Em contrapartida, a reação dos dirigentes da OCB não se fez esperar. Visando às eleições de 1990, articularam campanha tão bem coordenada que, antes mesmo de sua realização, seu *Informativo* divulgava a lista integral dos candidatos que, se eleitos, comporiam a futura *Frente Parlamentar Cooperativista*, publicamente comprometida com a agremiação. Ao fim e ao cabo, a OCB foi a força social vitoriosa nesta disputa inter-patronal. Discursando em despedida da presidência da entidade, em 1990, Rodrigues esboçaria os rumos a serem seguidos pelas cooperativas e demais agremiações:

“A função da OCB, neste capítulo, está quase encerrada: a de rasgar horizontes e possibilitar a visão dos caminhos existentes. Agora, é preciso trabalhar na pavimentação destes caminhos (...). E está para ser dado este passo, a criação da Cooptrade, em São Paulo, empresa de comércio internacional das cooperativas agropecuárias brasileiras”. (INFORMATIVO OCB, fev., 1990: 2)

Enunciavam-se, assim, as **linhas do novo projeto hegemônico** junto aos grupos dominantes agroindustriais brasileiros: a modernização definitiva da agricultura, mediante seu funcionamento em bases **totalmente empresariais e internacionalizadas**, conquanto revestidas do discurso igualitarista. Pouco faltava para afirmar-se o conceito de **“agribusiness”**¹⁶. E foi através da

¹⁶ Para tanto, o Sistema OCB e o Ministério da Agricultura firmaram acordo para promover o Programa de Modernização da Agricultura Brasileira (1990), baseado no **assentamento de**

ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS

atuação de Roberto Rodrigues, agora guindado aos mais altos postos **dentro e fora do sistema cooperativo**, que a OCB afirmou sua hegemonia com base na defesa da **abertura da agricultura brasileira às grandes linhas da “competitividade” internacional** e da **proposta do “agronegócio”**. Para o grande articulador político da OCB, a valorização política dos representantes da agricultura brasileira dependia da adoção de

“um regime econômico liberal, para que os investimentos privados sejam maciços (...). O setor rural não pode ficar fora desta grande jogada (...). O mundo vai se liberalizando rapidamente e o Brasil precisa se articular com este mundo moderno para não perder o trem da contemporaneidade! Mas é obvio que precisamos rearranjar as classes do vagão brasileiro, para estarmos atrelados coerentemente a este trem” (INFORMATIVO OCB, fev., 1990: 1. Grifos SRM).

OCB: QUADROS DIRIGENTES E BASES SOCIAIS

O estudo da composição das diretorias da OCB entre 1970 e 1990 evidencia o perfil de suas bases sociais: **agroempresários** (MENDONÇA, 2010), profundamente imbricados à agricultura plenamente empresarializada e tecnicizada, zelosos do papel econômico axial desempenhado pela produção “cooperativada” junto às exportações brasileiras. O conjunto de nomes pesquisados perfez um total de **37 diretores**, dos quais **29** com informações consistentes e **oito** (21%) sem qualquer identificação. O primeiro aspecto resultante da análise foi a permanência de alguns nomes por períodos consideráveis, revelando a continuidade de diretrizes de atuação e também a consolidação institucional da OCB ¹⁷. Outra característica marcante refere-se à **extração social** dos dirigentes, dos quais **86%** eram **proprietários rurais ou agroindustriais**, sendo que apenas 04 dos 29 diretores não possuíam vínculo com a propriedade rural, sendo profissionais liberais da área de tecnologia

empresas públicas voltadas para o agro e que haviam sido privatizadas, junto aos Departamentos Técnicos da OCB. INFORMATIVO OCB, dez., 1990: 3.

¹⁷ Estes são os casos de José Campos F^o (presidente da OCB, 1978-1985); Américo Utumi (vice-presidente 1978-1985); Paulo P. da Silva (vice 1979-1988) ou mesmo Roberto Rodrigues, presidente entre 1985 e 1991.

ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS

agrícola ou cooperativas médicas ¹⁸. Dos **29** diretores pesquisados, **17** eram **agropecuarias**; **04** eram **pecuaristas**, **01** era **cotonicultor**, **01** **cacaucultor** ¹⁹ e **01** era **banqueiro e agropecuarista** ²⁰.

Outro traço distintivo da diretoria da OCB é o fato de abranger portavozes da agroindústria **das mais diversas regiões do país**. Assim, dos 29 diretores pesquisados, 20% eram paulistas, 11% gaúchos e 10,3% paranaenses. Afora essa ligeira preponderância, encontra-se uma representação regional equilibrada, integrando agroindustriais de vários estados ²¹, o que remete à **terceira característica** dos dirigentes da OCB: o fato de serem, quase todos, **dirigentes de cooperativas** dos mais diversos níveis. Esta é a explicação não apenas para a **maior abrangência “nacional”** da representatividade da OCB, mas, sobretudo, para sua **diversidade regional**, posto que a própria estrutura organizacional da entidade se baseava nas *Organizações de Cooperativas Estaduais*. Quanto aos **seis** diretores não vinculados às OCEs, distribuíam-se entre presidentes de **cooperativas singulares** econômica e politicamente significativas (como a Cotia, por exemplo) e dirigentes de **Cooperativas Centrais**, num total de **04** diretores ²². Mesmo aqueles que presidiam Cooperativas estaduais ou cooperativas centrais/federações eram, simultaneamente, dirigentes de cooperativas setoriais ou isoladas, revelando tratar-se de quadros cuja **representatividade**

¹⁸ Os diretores da OCB **sem vínculo aparente com a grande propriedade** eram João A. Pereira, funcionário aposentado do Banco do Brasil; Nelson Trombeta, funcionário de carreira da EMATER; Salvador Sobrinho, presidente da *Organização das Cooperativas do Estado de Amazonas* e Amaury da Silva, presidente da *Organização das Cooperativas do Distrito Federal*

¹⁹ O cotonicultor é José A. Filgueiras, dirigente da *Cooperativa Central dos Produtores de Algodão do Ceará*, enquanto o cacaucultor é Paulo P. da Silva, presidente da *Cooperativa Central do Cacau de Ilhéus*.

²⁰ O banqueiro e agropecuarista é Francisco C. da Silva, presidente do BNCC e da *Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Norte*.

²¹ Os nordestinos e nortistas, caso somados, perfazem 26% da Diretoria.

²² Os diretores da OCB presidentes de Cooperativas Centrais ou Federações eram Cassiano dos Reis (presidente da Federação das Cooperativas de Cafeicultores do estado de São Paulo); José Filgueiras (diretor da *Cooperativa Central dos Produtores de Algodão do Ceará*); Paulo P. da Silva (presidente da *Cooperativa Central do Cacau de Ilhéus*) e Marcos Barachuy (presidente da *Cooperativa Central Agrícola da Paraíba*).

ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS

institucional era inquestionável, cimentando tanto a coesão política da própria OCB quanto sua hegemonia junto às demais entidades patronais da agroindústria.

Uma **quarta característica** da Diretoria da OCB é o fato de alguns integrantes terem ocupado **postos de direção** em entidades patronais **externas ao âmbito cooperativo**, num total de **23%** dos 29 estudados, que presidiram agremiações como a *Sociedade Rural Brasileira*, a *Sociedade Nacional de Agricultura*, a *Federação da Agricultura do Estado de São Paulo* ou a *Sociedade Mineira de Agricultura*, dentre outras ²³. Isto sugere uma tendência à **superposição** ou **fusão de quadros** entre as entidades patronais, sobretudo após 1985. No tocante à sua vinculação a **cargos públicos**, temos **cinco** diretores ocupando postos junto ao governo federal ²⁴ e **cinco** junto a administrações estaduais ²⁵, perfazendo **39%** de dirigentes ligados à carreira pública. Logo, tanto as **bases sociais**, quanto os **quadros dirigentes** da OCB constituíam-se muito mais de **empresários agroindustriais** no desempenho de suas atividades junto a seus empreendimentos privados, do que de “proprietários-funcionários” do Estado, contribuindo para reforçar seu papel como **força social hegemônica no Brasil recente**.

A consolidação efetiva da hegemonia da OCB junto às entidades patronais da “agricultura” deu-se em inícios dos anos 90, quando seus

²³ Eram eles o próprio presidente da OCB, José Campos F^o (também presidente da Sociedade Mineira de Agricultura, 1^o secretário da SRB, diretor da FAESP e vice-presidente da Associação Paulista de Criadores de Bovinos); Carlos A. dos Reis (1^o vice-presidente da SNA); Roberto Rodrigues (presidente da OCB, diretor da SRB, vice-presidente da SNA e secretário da FAAB); Wilson Thiesen (diretor da Associação dos Produtores e Comerciantes de Sementes e Mudanças e da Federação das Indústrias do Estado do Paraná) e o Frederico Bavaresco (presidente da Federação de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul).

²⁴ Eram eles João A. Pereira (assessor do Ministro da Agricultura); Adelar Cunha (presidente do INCRA); Guntolf Van Kaick (Comissão Nacional de Sementes e Mudanças); Francisco A. Santos (Deputado Federal) e Francisco C. da Silva (diretor do BNCC).

²⁵ Eram eles Marcos Barachuy (diretor do Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Paraíba); Adelar Cunha (Conselho Estadual do Leite do Rio Grande do Sul); Guntolf Van Kaick (Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo); Cassiano G. dos Santos (diretor da Divisão de Classificação e Fiscalização de Produtos Agrícolas de São Paulo) e Frederico Bavaresco (Secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul).

ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS

dirigentes propuseram a criação de uma **entidade** de **novo tipo** que, teoricamente, articularia todas as demais. Sua formulação, enunciada por Rodrigues, teve por **eixo** a afirmação do **agribusiness** no país originando, em maio de 1993, a *Associação Brasileira de Agribusiness* (ABAG), justificada a partir de dois argumentos: a constatação de que já existiria uma “**nova agricultura**”, distinta daquela até então existente e a urgência em estabelecerem-se **novos canais de representação política**, compatíveis com a relevância econômica da “nova” atividade.

No primeiro caso, seria desenvolvido um trabalho de elaboração ideológica destinado a integrar o conjunto das atividades econômicas do país à **agricultura**, definida como “atividade principal”, por ter respaldado a economia brasileira durante toda a crise que a marcara desde os anos 80, gerando parte expressiva do PIB nacional. Numa operação simbólica de grande porte as lideranças da OCB “**recriaram**” o conceito de “**agricultura**”, imbricando-o à noção mais ampla de “*agronegócio*”, não mais limitado à atividade agrícola. O agronegócio instrumentalizaria um poderoso complexo de cunho mais comercial/financeiro, cuja importância extrapolaria seu desempenho econômico, realçando sua **influência política**. Nesta nova “leitura”, a “agricultura” tornou-se **avalista de um sistema produtivo intrincado**, que tornava urgente fundar uma **mega-agremiação supra associativa**, dotada de poder político proporcional à sua importância econômica ainda que para seus idealizadores, nenhuma das entidades pré-existentes viesse a desaparecer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- ANDRADE, Almir. *Contribuição à história administrativa do Brasil na República, até o ano de 1945*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1950, vol. 1.
CORREIO BRAZILIENSE. Brasília, 1986.
HOBSBAWN, Eric. *A era dos impérios*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
HUGON, Paul, *História das doutrinas econômicas*, São Paulo: Atlas, 1970.
INFORMATIVO OCB. Brasília, 1983, 1985, 1989, 1991.
JORNAL DO COOPERATIVISMO. Brasília, 1980 e 1981.

XII JORNADAS NACIONALES Y IV INTERNACIONALES

DE INVESTIGACIÓN Y DEBATE

Universidad Nacional de Quilmes
24 al 26 de junio de 2015

ECONOMÍA SOCIAL Y COOPERATIVISMO EN EL AGRO HISPANOAMERICANO



TERRITORIOS, ACTORES Y POLÍTICAS PÚBLICAS

MENDONÇA, Sonia Regina de. *A Política de Cooperativização Agrícola do Estado Brasileiro*, Niterói: Eduff, 2002.

_____. *O Patronato Rural no Brasil Recente*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

PILATTI, Adriano. *Marchas de uma Contramarcha: transição, UDR e Constituinte*. São Paulo: dissertação de Mestrado junto à PUC, 1988:

REVISTA NACIONAL DO COOPERATIVISMO. Brasília: 1978, 1979 e 1980.